

Combater a corrupção e a má governança em defesa dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento Sustentável na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

É importante que a agenda da CPLP na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU (UNGASS2021) considere a necessidade de reforçar as suas normas anti-corrupção e de governança na Guiné Equatorial

Lisboa, 1 de junho de 2021 – Por ocasião da Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU contra a corrupção ([UNGASS2021](#)), que tem hoje o seu início, e após vários anos de notícias sobre escândalos de corrupção relacionados com os Países de Língua Portuguesa, a Transparência e Integridade enviou uma declaração conjunta à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, subscrita por mais seis organizações da sociedade civil, para que considere a necessidade de reforçar as suas normas anticorrupção e de governança.

As oito organizações signatárias desta declaração conjunta são: Associação Justiça, Paz e Democracia (Angola); Centro de Integridade Pública (Moçambique); Centro de Integridade Pública (São Tomé e Príncipe); EG Justice (Guiné Equatorial); Observatório de Imprensa (Angola); Observatório da Democracia e Governança (Guiné Bissau); Plataforma de Reflexão (Angola); Transparência e Integridade / Transparency International Portugal e a Transparência Internacional Brasil.

De acordo com estas organizações, “os interesses comerciais prevalecem sobre os Direitos Humanos”, na Guiné Equatorial, enquanto “as desigualdades continuam a prosperar” naquele país africano. As signatárias consideram ainda “preocupante que, sete anos após a admissão na CPLP, a Guiné Equatorial não tenha ainda abolido a pena de morte, tal como exigido pelos estatutos da organização”.

Portugal não fica de fora das críticas, dado que, consideram, o nosso país continua a ser “um facilitador de esquemas de corrupção, fluxos financeiros ilícitos e de branqueamento de capitais, que acabam por entrar na União Europeia”, tal como o caso [#LuandaLeaks](#) veio evidenciar. Além disso, as [investigações](#) sobre a alegada corrupção de empresas portuguesas relacionadas com as elites da Guiné Equatorial estão a avançar a um ritmo muito lento.

Nesse sentido, as oito organizações que assinam a declaração conjunta pedem à CPLP que se comprometa em “adotar e implementar as recomendações da União Europeia, bem como a UNCAC e a Convenção Anti-Suborno da OCDE aplicáveis a vários Estados da CPLP”.

Segundo os coassinatários, este compromisso, juntamente com o apoio público à [proposta da Transparency Internacional e da UNCAC Coalition para o estabelecimento de um Acordo Multilateral sobre Recuperação de Ativos e Compensação de Vítimas](#), e o estrito respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos fundamentais dos cidadãos – nomeadamente a liberdade de associação e a liberdade de expressão e de reunião –, “assegurarão que os valores democráticos fundamentais sejam preservados no seio da Comunidade”.

Mostrando-se disponíveis para “apoiar estes esforços, a nível nacional e comunitário”, terminam defendendo que “a CPLP não pode continuar a ignorar que muito deste sofrimento é amplificado pela falta de um compromisso sério para erradicar a corrupção, por exemplo, através da aplicação de diretrizes anti-branqueamento de capitais e do fim dos fluxos financeiros ilícitos provenientes dos países da CPLP no Sul Global, viabilizados e canalizados através de Portugal”.



A Transparência e Integridade é o capítulo português da Transparency International, coligação global anti-corrupção presente em mais de 100 países. Criada em 2010, está também acreditada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, é o Ponto de Contato em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Comunidade das Democracias e membro da Tax Justice Network.

Através de investigação, informação e sensibilização sobre as causas e as consequências da corrupção e da má governança e do desenvolvimento de ferramentas práticas de monitorização cívica, tem como missão mobilizar cidadãos e organizações públicas e privadas em prol da transparência e integridade públicas, em nome de uma democracia mais participada e inclusiva.

Para mais informações, contactar:

João Oliveira

joao.oliveira@transparencia.pt

927 443 998